

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

WELLYSON VINÍCIUS DA SILVA ALVES

**A VARIAÇÃO CAMBIAL DO DÓLAR EM RELAÇÃO AO REAL NA ECONOMIA
BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2020 E 2021.**

TERESINA -PI
2024

Wellyson Vinícius da Silva Alves

**A VARIAÇÃO CAMBIAL DO DÓLAR EM RELAÇÃO AO REAL NA ECONOMIA
BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2020 E 2021.**

Projeto de Pesquisa apresentada à Universidade Estadual do Piauí - UESPI Campus Poeta Torquato Neto como trabalho final e requisito para obtenção de créditos na Disciplina de Trabalho de Conclusão I, sob a orientação do Professor Dr. Josimar Alcantra de Oliveira.

Co - Orientadora: Daniella Batista Galvão de Barros.

TERESINA -PI

2024

A474v Alves, Wellyson Vinícius da Silva.

A variação cambial do dólar em relação ao real na economia
brasileira do período de 2020 e 2021 / Wellyson Vinícius da Silva
Alves. - 2024.

39f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí -
UESPI, Bacharelado em Ciências Contábeis, Campus Poeta Torquato
Neto, Teresina-PI, 2024.

"Orientador: Prof. Dr. Josimar Alcantra de Oliveira".
"Co-orientadora: Daniella Batista Galvão de Barros".

1. Variação Cambial. 2. Pandemia de Covid-19. 3. Comitê de
Pronunciamento Contábil (CPC). 4. Economia Brasileira. I.
Oliveira, Josimar Alcantra de . II. Barros, Daniella Batista
Galvão de . III. Título.

CDD 330.981

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda a área de contabilidade financeira, tendo como principal objetivo analisar os impactos da variação cambial do dólar em relação ao real na economia brasileira durante o período de 2020 a 2021. Este estudo busca compreender como a pandemia da COVID-19 influenciou as condições comerciais internacionais e interpretar os efeitos das flutuações cambiais por meio do pronunciamento contábil CPC 02, que se constitui na principal base teórica utilizada. O trabalho também se propõe a investigar como as taxas de câmbio impactaram a economia nacional no contexto da pandemia e de que forma o CPC 02 pode ser aplicado como uma ferramenta de análise e suporte para tratar essas flutuações. A metodologia adotada caracteriza-se como uma pesquisa descritiva com enfoque bibliográfico, tendo sido realizada a coleta de dados secundários junto ao Banco Central do Brasil. Esses dados permitiram a análise detalhada das oscilações cambiais e seus reflexos no cenário econômico nacional durante o período em questão. As principais conclusões deste estudo destacam a relevância de uma gestão macroeconômica eficiente como uma solução essencial para mitigar os efeitos adversos das variações cambiais e promover maior estabilidade econômica. Os resultados obtidos reforçam a importância do CPC 02 na contabilidade financeira, tanto para a interpretação das variações cambiais quanto para a tomada de decisões estratégicas por parte das organizações.

Palavras-chaves: Variação cambial; Pandemia da COVID-19; CPC 02.

ABSTRACT

This end-of-course work deals with the area of financial accounting, with the main objective of analyzing the impacts of the exchange rate variation of the dollar against the real on the Brazilian economy during the period from 2020 to 2021. This study seeks to understand how the COVID-19 pandemic has influenced international trade conditions and to interpret the effects of exchange rate fluctuations through accounting pronouncement CPC 02, which is the main theoretical basis used. The work also aims to investigate how exchange rates have impacted the national economy in the context of the pandemic and how CPC 02 can be applied as an analysis and support tool to deal with these fluctuations. The methodology adopted is characterized as descriptive research with a bibliographic focus, and secondary data was collected from the Central Bank of Brazil. This data allowed for a detailed analysis of exchange rate fluctuations and their impact on the national economic scenario during the period in question. The main conclusions of this study highlight the importance of efficient macroeconomic management as an essential solution for mitigating the adverse effects of exchange rate fluctuations and promoting greater economic stability. The results obtained reinforce the importance of CPC 02 in financial accounting, both for the interpretation of exchange rate variations and for strategic decision-making by organizations.

Keywords: Exchange rate fluctuations; COVID-19 pandemic; CPC 02.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Variação do PIB anual em 2020	21
Tabela 02 - PIB do Brasil em 2020	22
Tabela 03 - Variação Cambial US\$/R\$ Jan/20 - Jun/20	24
Tabela 04 - Variação Cambial US\$/R\$ Jul/20 - Dez/20	26
Tabela 05 - Variação Cambial US\$/R\$ Jan21 - Jun/21	28
Tabela 06 - Variação Cambial US\$/R\$ Jul/21 - Dez/21	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Sociedades Anónimas de Capitais Abertos.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais.
BOVESPA	Bolsa de Valores do Estado de São Paulo.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CMV	Custa da Mercadoria Vendida.
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CPC	Comitê de Pronunciamento Contábil.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FIPECAFI	Fundação Instituto Pesquisa Contábil, Atuarias e Financeiras.
IAS	Internacional Accounting Standards.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IBGE	Instituto de Geografia e Estatísticas
IMF	Fundo Monetário Internacional.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NBC	Normas Brasileira de Contabilidade.
PIB	Produto Interno Bruto.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
R\$	Real
US\$	Dólar Americano.
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 CPC 02	11
2.2 Análise do CPC 02	13
2.3 Variação Cambial	14
2.4 Macroeconomia	15
2.5 COVID-19 e sua influencia na variação cambial	17
2.6 Impacto da pandemia na economia brasileira	20
3 METODOLOGIA	24
4 CONCLUSÃO	32
REFERENCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

A variação cambial do dólar em relação ao real é um tema de grande relevância para a compreensão dos fenômenos econômicos no Brasil, especialmente no período de 2019 a 2022. Durante esse intervalo, o país enfrentou uma combinação de desafios econômicos, políticos e sociais que influenciaram diretamente a taxa de câmbio entre o dólar norte-americano e o real brasileiro. A pandemia de COVID-19, iniciada no final de 2019 e com impactos globais marcantes ao longo de 2020, foi um dos principais fatores de desestabilização econômica, trazendo incertezas que afetaram mercados financeiros, fluxos comerciais e políticas econômicas globais (Campos & Silva, 2021; Moura & Carvalho, 2022).

O Brasil, como uma economia globalizada, é fortemente impactado tanto por fatores internos quanto externos. Internamente, políticas monetárias e fiscais, ajustes estruturais e instabilidades políticas têm contribuído para a volatilidade cambial. Segundo estudo do Banco Central do Brasil (2022), decisões relacionadas à taxa de juros e à política fiscal influenciam diretamente a percepção de risco dos investidores e, consequentemente, a cotação do real.

Externamente, a política monetária dos Estados Unidos, especialmente as alterações na taxa de juros pelo Federal Reserve, exerce significativa pressão sobre moedas de mercados emergentes (IMF, 2021). Além disso, os choques de oferta e demanda de commodities — produtos cruciais para a balança comercial brasileira, como soja, minério de ferro e petróleo — e as incertezas do cenário geopolítico internacional, como tensões comerciais e conflitos armados, são fatores determinantes para a flutuação cambial (OECD, 2023).

Durante a pandemia de COVID-19, a desvalorização do real foi intensificada por uma combinação de fatores. A queda nos preços das commodities, impulsionada pela redução na demanda global, e a busca dos investidores por ativos considerados mais seguros, como o dólar americano, contribuíram para o enfraquecimento da moeda brasileira (World Bank, 2020). Essas condições refletiram o impacto de crises globais sobre economias emergentes, destacando a vulnerabilidade do Brasil às dinâmicas econômicas internacionais.

Essa volatilidade cambial teve implicações diretas em diversos setores da economia brasileira, como o agrícola, industrial, de serviços e de comércio exterior. No setor agrícola, a desvalorização do real beneficiou os exportadores, que

receberam mais em moeda nacional por suas vendas internacionais, mas aumentou os custos de insumos importados, como fertilizantes (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, 2022). No setor industrial, o aumento nos preços de matérias-primas importadas e a dificuldade de competir com produtos estrangeiros impactaram a competitividade das empresas nacionais (CNI, 2022).

No comércio exterior, enquanto a desvalorização impulsionou as exportações, também encareceu as importações, contribuindo para um saldo comercial positivo, mas pressionando empresas e consumidores que dependem de bens importados (MDIC, 2023).

Além disso, a desvalorização da moeda nacional impactou significativamente os preços internos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o aumento do câmbio intensificou a inflação ao elevar os custos de produtos importados e combustíveis, o que, por sua vez, afetou o poder de compra da população. Essa dinâmica também pressionou a balança comercial e a dívida pública, já que parte da dívida externa é atrelada ao dólar, aumentando os custos de financiamento do governo (Banco Central do Brasil, 2023).

No contexto da pandemia, políticas econômicas emergenciais e alterações nas condições comerciais internacionais desempenharam um papel importante na dinâmica cambial. Conforme Moura e Carvalho (2022), a análise das variações cambiais é essencial para compreender seus efeitos sobre indicadores econômicos, incluindo a inflação e a balança comercial. Em especial, o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) 02 surge como uma ferramenta contábil relevante para interpretar e mensurar os impactos dessas flutuações na economia nacional.

Diante desse cenário, este estudo busca compreender os principais fatores e impactos da variação cambial do dólar em relação ao real durante o período de 2019 a 2022, com ênfase nos efeitos da pandemia de COVID-19. Pretende-se analisar os determinantes internos e externos dessa volatilidade, interpretando os impactos sobre diversos setores da economia brasileira. No setor agrícola, observa-se uma dupla consequência: enquanto a desvalorização do real favoreceu as exportações, aumentando a competitividade dos produtos no mercado internacional, os custos de produção cresceram devido ao encarecimento de insumos importados, como fertilizantes.

No setor industrial, empresas que dependem de componentes importados enfrentaram maiores custos de produção, reduzindo a competitividade e

pressionando margens de lucro. O setor de serviços, especialmente o turismo, também sofreu os impactos, com viagens internacionais tornando-se mais caras para os brasileiros, enquanto destinos domésticos se tornaram mais atrativos para turistas estrangeiros.

Assim, a pesquisa não apenas aborda a relevância acadêmica do tema, mas também visa contribuir com subsídios práticos para a formulação de políticas públicas, estratégias empresariais e mecanismos de gestão de riscos. A análise detalhada da variação cambial permitirá um entendimento mais aprofundado da economia brasileira e de suas relações com o cenário internacional, justificando a importância e a realização deste estudo.

O trabalho tem como objetivo geral compreender os principais fatores e impactos da variação cambial durante a pandemia da COVID-19, analisando seus efeitos na economia nacional. Para isso, considera-se a influência de eventos econômicos e fatores externos da macroeconomia na taxa de câmbio, incluindo a evolução da pandemia e mudanças nas condições comerciais internacionais, além de seus impactos diretos na economia brasileira.

Como objetivo específico, pretende-se interpretar os efeitos da variação cambial com base no CPC 02, analisando como ela afetou a balança comercial e diversos setores econômicos. Ademais, o estudo busca avaliar indicadores econômicos relevantes, como o desempenho da balança comercial e a inflação, verificando como foram impactados pela variação cambial e sua possível influência na taxa de câmbio.

A análise da variação cambial do dólar em relação ao real no período de 2019 a 2022, especialmente durante a pandemia de COVID-19, revela um fenômeno complexo e multifacetado, influenciado tanto por fatores externos quanto internos. A pandemia intensificou as incertezas econômicas, alterou dinâmicas globais de oferta e demanda e evidenciou a fragilidade das economias emergentes frente às flutuações cambiais. Essa volatilidade impactou significativamente a economia brasileira, afetando exportações, inflação e setores produtivos, e destacou a importância de políticas econômicas bem estruturadas para mitigar seus efeitos.

Assim, o estudo desse tema não apenas contribui para o entendimento acadêmico das interações econômicas globais, mas também oferece percepções práticos para governos, empresas e investidores, ajudando a construir estratégias

mais robustas de enfrentamento e adaptação às mudanças do cenário econômico global.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de abordar a variação cambial do dólar em relação ao real durante o período da pandemia do COVID-19, é importante conceituar alguns pontos para melhorar o entendimento.

Em primeiro lugar, é necessário entender o que é moeda. A moeda é uma forma de dinheiro geralmente emitida pelas autoridades públicas em uma determinada jurisdição, e pode ser classificada em três tipos: moeda mercadaria, moeda representativa e moeda fiduciária. Além de ser um influenciador da balança comercial na qual se conceitua como a diferença entre as exportações e as importações de um país em dado período. A exemplo disso, é quando duas ou mais nações realizam uma atividade econômica entre si, ocorre uma variação cambial, que é a relação de valor entre duas moedas. Essa taxa de câmbio representa a relação entre as moedas correntes de dois ou mais países e informa sobre as transações comerciais e as relações de troca entre as nações.

Neste artigo, também será destacado o conceito, o surgimento e o objetivo do CPC 02, detalhando suas diretrizes principais.

2.1 CPC 02

O Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) é uma idealização da união de várias entidades: ABRASCA, APIMEC NACIONAL, BOVESPA, Conselho Federal de Contabilidade, FIPECAFI e IBRACON. Seu objetivo é estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações sobre procedimentos contábeis, visando à centralização e uniformidade da contabilidade no Brasil, sempre em conformidade com os padrões internacionais. Ele foi criado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) n 1.055/05 de 07 de setembro de 2005.

Art. 3º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem por objetivo o estudo, o preplano e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Visando à convergência internacional das normas contábeis, o Pronunciamento Técnico CPC 02 está estreitamente relacionado com a norma

internacional conhecida como International Accounting Standards (IAS 21), que estabelece o conceito de moeda funcional — isto é, a moeda do principal ambiente econômico em que uma entidade desenvolve suas atividades e realiza suas transações financeiras. O CPC 02, por sua vez, aborda as diretrizes e as regras contábeis que as empresas brasileiras devem seguir para lidar com transações envolvendo moedas estrangeiras e suas flutuações cambiais. O objetivo central desse pronunciamento é assegurar que as empresas registrem de maneira adequada todas as suas operações realizadas em moeda estrangeira, monitorem as mudanças no valor de seus ativos e passivos devido às variações das taxas de câmbio e, quando necessário, efetuem a conversão de suas demonstrações financeiras de uma moeda para outra de forma precisa e de acordo com as normas estabelecidas.

Essas diretrizes fornecem as instruções detalhadas sobre como registrar as transações realizadas em moeda estrangeira, desde a conversão inicial até o acompanhamento das variações cambiais ao longo do tempo. Além disso, o CPC 02 orienta as empresas sobre como devem ser contabilizados os ganhos e perdas cambiais que surgem com a variação das taxas de câmbio e o impacto dessas flutuações sobre os resultados financeiros da organização. Em um cenário econômico globalizado, no qual as empresas frequentemente realizam negócios em diversas moedas e estão expostas a riscos cambiais, é essencial que essas regras sejam seguidas com rigor para garantir a transparência e a fidelidade das informações financeiras. A aplicação adequada dessas normas também envolve a conversão das demonstrações financeiras da empresa de uma moeda funcional para a moeda de apresentação, um processo que deve ser realizado de maneira consistente e alinhada com as exigências contábeis internacionais.

Em resumo, a principal finalidade do Pronunciamento Técnico CPC 02 é fornecer um conjunto claro e estruturado de orientações contábeis para o tratamento de transações em moedas estrangeiras e suas variações cambiais associadas, garantindo que as empresas apresentem suas informações financeiras de forma precisa, relevante e transparente. Esse pronunciamento também explica detalhadamente o processo de conversão das demonstrações financeiras para uma moeda específica de apresentação, assegurando que as empresas cumpram as normas internacionais de contabilidade e proporcionem aos seus stakeholders uma

visão clara da saúde financeira da empresa, especialmente em um contexto de operações internacionais.

2.2 Análise do CPC 02

Antes do CPC 02, a regra vigente para a conversão das demonstrações contábeis no Brasil era a deliberação CVM nº 28/86. Essa norma tinha algumas limitações, conforme destacado no Relatório de Audiência Pública, o que levou à sua revogação. Em 2009, o CPC 02 passou por sua segunda revisão, conforme o item quatro do Relatório de Audiência Pública (CPC Revisão nº1).

“4. A única sugestão não acatada e os motivos da não aceitação por parte do CPC estão a seguir apresentados: a) Sugestão de explicitar no Pronunciamento Técnico CPC 02 que a conta de receita ou despesa decorrente da variação cambial dos investimentos no exterior seja o resultado de equivalência patrimonial. Razão: O CPC entende que não há a necessidade de especificar no Pronunciamento qual a nomenclatura da rubrica contábil a ser utilizada para o registro contábil da referida variação cambial por entender que esta definição fica a cargo dos preparadores das demonstrações contábeis. Este procedimento tem sido adotado nos demais pronunciamentos do CPC bem como é o adotado pelo IASB.”

Em 03 de setembro de 2010, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou a revisão do CPC 02, conhecida como CPC 02(R2) - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis. Esse pronunciamento recomendou que as entidades reguladoras brasileiras adotassem o novo padrão, estabelecendo diretrizes claras sobre o tratamento contábil das variações cambiais e da conversão de demonstrações financeiras em ambientes de flutuação de taxas de câmbio. A intenção era garantir que as empresas seguissem as normas contábeis internacionais, promovendo maior transparência e consistência nas informações financeiras.

O CVM, como órgão regulador do mercado de capitais, incorporou o CPC 02(R2) por meio da deliberação nº 640/10, que orientou as empresas registradas para a aplicação das novas regras estabelecidas pelo pronunciamento. Além disso, outras entidades reguladoras brasileiras também adotaram as diretrizes do CPC 02(R2) em seus respectivos âmbitos de atuação. O CFC incorporou o pronunciamento por meio da NBC TG 02 R1, que estabeleceu as obrigações para os contadores e profissionais da área de contabilidade. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) seguiu esse movimento por meio da Instrução Normativa nº 322/13, enquanto a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) fez o mesmo

através da Circular nº 464/13. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) adotou as disposições do pronunciamento por meio da norma nº 605/14, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) também aplicou o novo pronunciamento por meio dos manuais 3847 e 3848/12, que se tornaram referências importantes para a regulamentação do setor de transportes.

Essas adoções das normativas do CPC 02(R2) por diversas entidades reguladoras brasileiras evidenciam o esforço para alinhar a contabilidade nacional aos padrões internacionais, proporcionando maior padronização e confiabilidade nas informações financeiras das entidades reguladas. Com isso, buscou-se facilitar a análise das demonstrações financeiras por parte de investidores, autoridades e outros stakeholders, além de contribuir para o fortalecimento da governança e da transparência no cenário econômico brasileiro.

2.3 Variação Cambial

Para Lagioia (2010), toda transação realizada em moeda estrangeira deve, inicialmente, ser registrada na contabilidade pela moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista que prevalece entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação. Dessa forma, qualquer operação conduzida em moeda estrangeira é convertida para a moeda funcional utilizando essa taxa de câmbio à vista, sendo contabilizada integralmente na moeda funcional. A taxa de câmbio à vista corresponde àquela geralmente aplicada para liquidações imediatas de operações financeiras, sendo divulgada oficialmente, no Brasil, pelo Banco Central. Esse procedimento assegura uniformidade e padronização no reconhecimento contábil de transações envolvendo diferentes moedas.

Quando ocorre uma variação na taxa de câmbio entre a data em que a transação foi realizada e a data de liquidação de itens monetários, a diferença cambial resultante, conforme disposto no CPC 02, deve ser devidamente reconhecida como receita ou despesa no período em que a variação ocorreu. Por outro lado, para itens classificados como não monetários, as variações cambiais devem ser contabilizadas diretamente no patrimônio líquido, caso estejam associadas a ganhos ou perdas que também sejam reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Contudo, se os ganhos ou perdas desses itens não monetários forem apropriados no resultado do período, as variações cambiais relacionadas

devem ser refletidas na demonstração do resultado, no mesmo período correspondente, garantindo consistência nos registros financeiros.

Em relação ao tratamento das variações cambiais de investimentos no exterior, é necessário considerar o tipo de vínculo da entidade estrangeira com a matriz. Se a entidade no exterior for considerada uma filial, as variações cambiais decorrentes devem ser tratadas como receita ou despesa do período, sendo diretamente refletidas nos resultados da matriz. No entanto, caso a entidade no exterior seja classificada como um investimento, as variações cambiais devem ser registradas em contas específicas do patrimônio líquido, como na rubrica de Ajuste Acumulado de Conversão ou outro equivalente. Nesse caso, os efeitos cambiais só serão reconhecidos no resultado no momento em que o investimento for descontinuado ou liquidado, refletindo uma abordagem mais conservadora e alinhada com o princípio de realização.

2.4 Macroeconomia

Para Mankiw (2008), a macroeconomia é o estudo da economia como um todo, abrangendo o crescimento da renda, as variações nos preços e na taxa de desemprego. Já Krugman e Wells (2007) definem a macroeconomia como o ramo da economia que trata da expansão e da retração da economia em geral.

Em outras palavras, a macroeconomia é o ramo da economia que se concentra no estudo e análise de fenômenos econômicos em nível agregado, ou seja, em escala nacional, regional ou global. De acordo com Blanchard (2021), a macroeconomia investiga variáveis como a produção total de bens e serviços (PIB), níveis de emprego, desemprego, inflação, investimento, consumo, poupança, taxas de juros e câmbio. Em vez de examinar decisões individuais de consumidores ou empresas, esse campo estuda como essas variáveis interagem para determinar o desempenho econômico de uma economia como um todo.

A macroeconomia também busca compreender e modelar esses fenômenos para formular políticas econômicas que possam influenciar positivamente o crescimento econômico e o bem-estar social (MANKIW, 2020). Por exemplo, ao analisar como a inflação e o desemprego se relacionam, governos e instituições, como bancos centrais, utilizam conceitos macroeconômicos para ajustar políticas monetárias e fiscais (KRUGMAN; WELLS, 2018). Esses ajustes visam mitigar crises,

estabilizar os ciclos econômicos e promover um ambiente de desenvolvimento sustentável.

A macroeconomia é um campo fundamental da ciência econômica que se dedica ao estudo dos fenômenos econômicos em uma escala ampla e agregada. Enquanto a microeconomia analisa o comportamento de indivíduos, empresas e mercados específicos, a macroeconomia se concentra nos aspectos mais amplos da economia, como o crescimento econômico, o desemprego, a inflação e as políticas econômicas.

Um dos principais objetivos da macroeconomia é entender e explicar as flutuações econômicas de curto prazo, como recessões e expansões, bem como os determinantes do crescimento econômico sustentável no longo prazo. Para isso, os macroeconomistas desenvolvem modelos teóricos e empíricos que buscam capturar as relações entre diversas variáveis econômicas, como PIB, investimento, consumo, poupança, taxa de juros e taxa de câmbio.

Um conceito fundamental da macroeconomia é o PIB (Produto Interno Bruto), que representa o valor total de todos os bens e serviços produzidos em uma economia durante um determinado período. O PIB é frequentemente utilizado como um indicador do tamanho e da saúde da economia de um país (MANKIW, 2020). Ele reflete a capacidade produtiva de uma nação e é uma das principais métricas utilizadas para medir o crescimento econômico. A análise do PIB também permite entender as tendências de produção e consumo, oferecendo informações essenciais para a formulação de políticas econômicas.

Outro conceito crucial é a taxa de desemprego, que mede a parcela da força de trabalho que está desempregada e em busca de emprego. Segundo Blanchard (2021), a taxa de desemprego é um dos principais indicadores de bem-estar econômico e é usada para avaliar a saúde do mercado de trabalho. Ela também é um reflexo das políticas econômicas adotadas, pois níveis elevados de desemprego podem indicar crises econômicas ou falhas nas políticas fiscais e monetárias.

Além disso, a macroeconomia se preocupa com a inflação, que é o aumento contínuo e generalizado dos preços dos bens e serviços em uma economia ao longo do tempo. A inflação pode ter várias causas, como aumento da demanda agregada, custos de produção crescentes ou políticas monetárias expansionistas.

Para lidar com os problemas econômicos e alcançar determinados objetivos, os governos e bancos centrais frequentemente implementam políticas econômicas.

Essas políticas podem incluir medidas fiscais, como alterações nos impostos e nos gastos do governo, e políticas monetárias, como mudanças nas taxas de juros e na oferta de moeda.

Em resumo, a macroeconomia desempenha um papel crucial na compreensão e gestão da economia em seu conjunto. Ao analisar as interações entre diferentes variáveis econômicas e formular políticas eficazes, os macroeconomistas buscam promover o crescimento econômico sustentável, a estabilidade de preços e o bem-estar da sociedade como um todo.

2.5 COVID-19 e sua influencia na variação cambial

A taxa de câmbio é um indicador-chave que reflete a relação entre duas moedas e é fortemente influenciada por uma série de fatores econômicos e eventos externos, particularmente em um contexto de globalização econômica. No período em estudo, é crucial considerar a abordagem dos eventos econômicos e fatores externos da macroeconomia para entender plenamente as flutuações na taxa de câmbio, especialmente no caso da economia brasileira.

A evolução da pandemia de COVID-19 tem sido um dos principais impulsionadores das mudanças na taxa de câmbio em todo o mundo. As medidas de lockdown, restrições de viagem e interrupções nas cadeias de suprimentos globais afetaram significativamente o comércio internacional e a demanda por moedas estrangeiras (IMF, 2020). A crise sanitária gerou uma recessão global e aumentou a aversão ao risco nos mercados financeiros, o que resultou em uma busca por ativos mais seguros, como o dólar, impactando as taxas de câmbio (SOBEL, 2021).

No Brasil, as oscilações na taxa de câmbio foram amplamente influenciadas pela incerteza sobre a recuperação econômica global, bem como pela resposta do governo brasileiro à pandemia e suas consequências para as exportações e importações (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020). A desvalorização do real foi exacerbada pela retração econômica interna e pelo aumento da instabilidade política, que contribuiu para o aumento da volatilidade cambial..

Além disso, mudanças nas condições comerciais internacionais desempenham um papel crucial na determinação da taxa de câmbio. Acordos comerciais, barreiras tarifárias, políticas comerciais e flutuações nos preços das commodities podem afetar diretamente a oferta e a demanda por moedas estrangeiras, influenciando assim a taxa de câmbio. No Brasil, como uma economia

altamente dependente das exportações de commodities como soja, minério de ferro e carne bovina, variações nos preços desses produtos no mercado internacional podem ter um impacto significativo na taxa de câmbio.

Sendo assim a variação cambial é um fenômeno econômico de grande relevância para a economia brasileira, uma vez que o real é uma moeda suscetível a flutuações no mercado internacional. Entre 2019 e 2022, o Brasil e o mundo enfrentou desafios significativos em relação à taxa de câmbio, com o dólar apresentando oscilações consideráveis em relação a outras moedas. Essas variações cambiais impactaram significativamente em diversos setores da economia e no bem-estar da população.

A variação cambial é influenciada por diversos fatores, que podem incluir, como exemplo: **Diferenças nas taxas de juros entre o Brasil e os Estados Unidos**, que podem atrair ou repelir investimentos estrangeiros, afetando a demanda por reais. Segundo Mankiw (2020), taxas de juros mais altas em um país tendem a atrair investimentos estrangeiros, pois oferecem maior retorno, o que pode valorizar a moeda local. Por outro lado, taxas mais baixas podem gerar o efeito oposto, desvalorizando a moeda.

Afeta a balança comercial, pois a relação entre exportações e importações tem um impacto direto na oferta e demanda de moedas estrangeiras. Quando a moeda local se desvaloriza, as exportações se tornam mais competitivas, o que tende a aumentar a demanda por produtos nacionais, mas, por outro lado, encarece as importações. De acordo com Krugman e Wells (2018), a flutuação cambial afeta diretamente o comércio internacional, ajustando o equilíbrio entre exportações e importações.

Instabilidade política e econômica, com incertezas políticas e econômicas no Brasil, também contribui para a volatilidade cambial, pois afasta investidores estrangeiros em busca de ambientes mais estáveis. Como afirmam Blanchard (2021) e Sobel (2021), a instabilidade política pode aumentar o risco percebido pelos investidores, fazendo com que prefiram investir em ativos considerados mais seguros, como o dólar americano, o que pressiona ainda mais a taxa de câmbio. Essas incertezas podem amplificar a volatilidade cambial e dificultar a previsão do comportamento da moeda nacional.

Segundo Gama Neto 2020, a rápida difusão do Novo Coronavírus provocou instabilidade no mercado mundial, desacelerando a economia, derrubando os preços

das commodities e estimulando o aumento da volatilidade nos preços de ativos financeiros. Isso desencadeou uma série de impactos no cenário mundial, em nível social, político e principalmente, econômico. Os principais impactos foram políticos visando o combate ao vírus com o distanciamento social e fechamento do comércio, somado ao desconhecimento dos governos e a inexperiência da população diante de tal evento, potencializam os problemas econômicos do país. Com esses impactos o PIB brasileiro apresentando queda no terceiro trimestre de 2021(BACEN, 2021).

No Brasil as incertezas, inseguranças e especulação foram fatores que afetaram diretamente o mercado financeiro, principalmente o mercado cambial. Essas inseguranças aumentou ainda mais com o aumento excessivo de recursos públicos para financiar medidas de combate à crise sanitária junto com reformas políticas que não se concretizaram. Com esse cenário, os investidores buscaram economias mais fortes e consolidadas, se afastando de economias emergentes como a do Brasil, pelo fato de ser consideradas investimentos de riscos mais elevados.

Segundo Rocha, Reis e Bordeaux-Rego (2016), as variações do câmbio afetam a competitividade das empresas, atingindo as suas operações, seus resultados e seus fluxos de caixa. Essas alterações são sentidas principalmente no poder de compra, nas receitas e nos custos, investimentos e financiamentos de operações.

Os impactos diretos desses eventos e fatores externos na economia brasileira são diversos. Uma taxa de câmbio mais valorizada pode beneficiar as empresas que dependem de importações, tornando os produtos estrangeiros mais acessíveis e potencialmente reduzindo a inflação. Por outro lado, uma taxa de câmbio mais desvalorizada pode aumentar o custo de vida para os consumidores brasileiros, especialmente aqueles que dependem de produtos importados. Além disso, uma taxa de câmbio mais baixa pode tornar as exportações brasileiras mais competitivas no mercado internacional, impulsionando assim o crescimento econômico e o emprego.

Para os países em desenvolvimento e emergentes, a volatilidade nas taxas de câmbio durante a pandemia representou desafios adicionais. Segundo, Pontes Neto e Reis (2022) reafirmaram que a crise sanitária impactou expressivamente a estabilidade cambial brasileira e apontaram para os possíveis riscos de uma nova ascensão dos índices inflacionários e de uma nova desestabilização econômica do

Brasil. A desvalorização das moedas locais frente às principais moedas estrangeiras aumentou os custos de importação e contribuiu para pressões inflacionárias. Além disso, a dependência de financiamento externo e a fuga de capitais em momentos de incerteza exacerbaram ainda mais a vulnerabilidade dessas economias às flutuações nas taxas de câmbio.

Em suma, ao analisar a taxa de câmbio no período em estudo, é essencial considerar não apenas os eventos econômicos e fatores externos da macroeconomia, mas também como a evolução da pandemia, mudanças nas condições comerciais internacionais e seus impactos diretos na economia brasileira estão interligados e podem influenciar significativamente as flutuações na taxa de câmbio e, por conseguinte, a saúde econômica do país.

2.6 Impacto da pandemia na economia brasileira

O surgimento da pandemia de Covid-19, no final de 2019 e início de 2020, desencadeou de maneira abrupta e simultânea uma grave crise de saúde pública e uma crise econômica global, com repercussões devastadoras em múltiplas esferas da sociedade. Além dos impactos imediatos e alarmantes sobre a saúde pública, que incluíram a sobrecarga dos sistemas de saúde, o aumento das internações e, tragicamente, das mortes prematuras, a pandemia teve também efeitos profundos e duradouros em diversas áreas da economia, resultando em uma recessão econômica sem precedentes. As consequências dessas crises não se limitaram ao curto prazo; elas reverberaram ao longo de meses e, em muitos casos, ainda continuam a impactar países, empresas e indivíduos ao redor do mundo.

Com a disseminação acelerada do Covid-19 em diversos países, tornou-se cada vez mais evidente o enorme potencial do vírus para desestabilizar a economia global. Em questão de semanas, muitos governos implementaram medidas drásticas de isolamento e restrição de mobilidade, ocasionando o que ficou conhecido como o 'Grande Lockdown' (IMF, 2020). Este evento de caráter global teve uma magnitude tão grande que impactou não apenas as economias mais frágeis, mas também as mais desenvolvidas, gerando uma desaceleração econômica que transcendeu fronteiras. O fechamento de fábricas, a interrupção do comércio internacional, as quedas acentuadas nos níveis de consumo e o aumento do desemprego foram apenas alguns dos reflexos dessa paralisação econômica. De fato, o impacto da pandemia foi amplificado pela dificuldade de adaptação dos setores produtivos e

pelas limitações impostas pelas medidas sanitárias necessárias para conter a propagação do vírus.

A magnitude da crise econômica causada pela pandemia é amplamente evidenciada pelos dados coletados e compilados pelo Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020), que apontam uma queda generalizada no Produto Interno Bruto (PIB) das economias ao redor do mundo em 2020. Esses dados destacam a profundidade da recessão global, refletindo não apenas a paralisação econômica, mas também a queda na confiança do consumidor e o colapso de cadeias produtivas essenciais. A crise econômica de 2020 foi um evento histórico, que exigiu respostas rápidas e coordenadas por parte de governos e instituições financeiras internacionais, sendo uma das maiores catástrofes econômicas globais desde a Grande Depressão.

Tabela 01 - Variação do PIB anual em 2020

(real GDP, annual percent change)	2020
World Output	-3.1
Advanced Economies	-4.5
United States	-3.4
Euro Area	-6.3
Germany	-4.6
France	-8.0
Italy	-8.9
Spain	-10.8
Japan	-4.6
United Kingdom	-9.8
Canada	-5.3
Other Advanced Economies	-1.9
Emerging Market and Developing Economies	-2.1
Emerging and Developing Asia	-0.8
China	2.3
India	-7.3
ASEAN-5	-3.4
Emerging and Developing Europe	-2.0
Russia	-3.0
Latin America and the Caribbean	-7.0
Brazil	-4.1
Mexico	-8.3
Middle East and Central Asia	-2.8
Saudi Arabia	-4.1
Sub-Saharan Africa	-1.7
Nigeria	-1.8
South Africa	-6.4

Fonte: IMF, 2020

A pandemia do COVID-19 teve um impacto profundo na economia brasileira, gerando uma série de desafios que se refletiram em diversos indicadores econômicos e sociais. De acordo com um relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro registrou uma queda histórica de 4,1% em 2020, o maior recuo desde 1990. A crise sanitária rapidamente se transformou em uma crise econômica, afetando negativamente setores vitais da economia, como comércio e serviços, conforme apontado em estudos da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Além disso, o desemprego atingiu 14,7% no primeiro trimestre de 2021, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, e o aumento da desigualdade social foi evidenciado pelo Índice de Gini, que apresentou piora no mesmo período, conforme relatado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

No auge da pandemia, o PIB brasileiro registrou uma queda histórica. Em 2020, o PIB encolheu 4,1%, marcando a maior retração anual desde o início da série histórica do IBGE iniciada em 1996. Essa contração foi impulsionada pela redução das atividades econômicas, especialmente nos setores de serviços e comércio, que foram duramente atingidos pelas medidas de distanciamento social e pela queda na demanda interna e externa.

Tabela 02 - PIB do Brasil em 2020

Período de comparação	Indicadores						
	PIB	AGROP	INDUS	SERV	FBCF	CONS. FAM	CONS. GOV
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	3,2%	-0,5%	1,9%	2,7%	20,0%	3,4%	1,1%
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior (sem ajuste sazonal)	-1,1%	-0,4%	1,2%	-2,2%	13,5%	-3,0%	-4,1%
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	-4,1%	2,0%	-3,5%	-4,5%	-0,8%	-5,5%	-4,7%
Valores correntes no 4º trimestre (R\$)	2,0 trilhões	82,3 bilhões	344,2 bilhões	1,3 trilhão	366,6 bilhões	1,3 trilhão	427,7 bilhões
Valores correntes no ano (R\$)	7,4 trilhões	439,8 bilhões	1,3 trilhão	4,7 trilhões	1,2 trilhão	4,7 trilhões	1,5 trilhão
Taxa de investimento (FBCF/PIB) 2020 = 16,4%							
Taxa de poupança (POUP/PIB) 2020 = 15,0%							

Fonte: IBGE, 2021

Outro impacto que a Covid-19 trouxe foi o aumento da taxa de desemprego que atingiu níveis alarmantes durante a pandemia. Segundo dados do IBGE, no final de 2020, a taxa de desemprego chegou a 14,7%, refletindo a perda de milhões de postos de trabalho. A informalidade também cresceu, com muitos trabalhadores sendo forçados a buscar alternativas de renda fora do mercado formal, exacerbando a precariedade e a vulnerabilidade econômica.

Devido a isso, a desigualdade social e a pobreza aumentaram significativamente durante esse período. De acordo com o relatório da FGV de 2021, cerca de 27 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha da pobreza extrema, um aumento de mais de 9 milhões em relação ao período pré-pandemia (FGV, 2021). Em suma, a pandemia de COVID-19 deixou uma marca indelével na economia brasileira. A crise expôs vulnerabilidades existentes, mas também abriu oportunidades para transformações importantes.

3 METODOLOGIA

Para Gil (1999), a metodologia é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. E para se obter esse conhecimento, é necessário a identificação dos passos para sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar ao conhecimento.

Esse projeto trará uma pesquisa bibliográfica/exploratória em livros e plataformas de busca com o objetivo de realizar um estudo detalhado sobre a variação cambial do dólar em relação ao real brasileiro durante o período de janeiro/2020 a dezembro/2021 considerando o contexto da pandemia do Covid-19. A pesquisa também será qualitativa e quantitativa no que diz respeito a números e dados de balanços.

Em conclusão, será realizado um estudo para compreender os principais fatores por trás das variações cambiais e seus impactos na economia nacional durante a pandemia de COVID-19.

Foram utilizadas informações detalhadas sobre o valor do dólar em relação ao real, obtidas no site oficial do Banco Central do Brasil, que é uma fonte confiável e amplamente reconhecida por sua precisão e transparência em relação a dados econômicos. Os dados coletados abrangem o período compreendido entre os anos de 2020 e 2021, uma época marcada por grandes flutuações econômicas que tornam a análise ainda mais relevante e interessante.

A abordagem deste estudo será feita de forma semestral, o que significa que as variações do dólar serão examinadas com base nos valores registrado no primeiro e no último dia útil de cada quinzena. Esse método foi escolhido para permitir uma avaliação mais detalhada e precisa, possibilitando uma compreensão profunda das variações cambiais ao longo de todo o período estudado, e oferecendo uma perspectiva mais completa das oscilações financeiras e seus impactos.

Tabela 03 - Variação cambial US\$/R\$ de Jan/20 - Jun/20

PRIMEIRO SEMESTRE 2020				
DATA	COD. MOEDA	MOEDA	COTAÇÃO EM REAL	
			COMPRA	VENDA
02/01/2020	220	USD	4,0207	4,0213
15/01/2020	220	USD	4,1616	4,1622
16/01/2020	220	USD	4,172	4,1726

31/01/2020	220	USD	4,2689	4,2695
03/02/2020	220	USD	4,2469	4,2475
14/02/2020	220	USD	4,3157	4,3163
17/02/2020	220	USD	4,3151	4,3157
28/02/2020	220	USD	4,4981	4,4987
02/03/2020	220	USD	4,494	4,4946
13/03/2020	220	USD	4,7355	4,7362
16/03/2020	220	USD	4,9464	4,9471
31/03/2020	220	USD	5,1981	5,1987
01/04/2020	220	USD	5,2399	5,2404
15/04/2020	220	USD	5,2573	5,2579
16/04/2020	220	USD	5,2371	5,2377
30/04/2020	220	USD	5,4264	5,427
04/05/2020	220	USD	5,5811	5,5816
15/05/2020	220	USD	5,8223	5,8229
18/05/2020	220	USD	5,7369	5,7375
29/05/2020	220	USD	5,4257	5,4263
01/06/2020	220	USD	5,3633	5,3639
15/06/2020	220	USD	5,1877	5,1883
16/06/2020	220	USD	5,1279	5,1285
30/06/2020	220	USD	5,4754	5,476

Fonte: bcb. gov.br, 2020 (editado pelo autor)

Analizando a Tabela 3, é possível perceber que o valor de compra do dólar nos primeiros meses da pandemia aumentou R\$ 1,4547, considerando os valores do primeiro e do último dia de análise. Durante esse período, o valor médio de compra e venda foi de R\$ 4,9272 e R\$ 4,92785, respectivamente.

No período de janeiro a junho de 2020, a economia do Brasil enfrentou grandes desafios, principalmente devido ao impacto da pandemia de COVID-19. Esse contexto gerou uma série de dificuldades econômicas e sociais, com efeitos significativos sobre diversos indicadores econômicos. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou uma queda acentuada, especialmente no segundo trimestre de 2020, quando medidas de isolamento social foram impostas para conter a disseminação do vírus, levando à paralisação ou redução drástica de diversas atividades econômicas.

A Tabela 03 também evidencia que o real brasileiro sofreu uma desvalorização significativa frente ao dólar, especialmente entre março e abril de 2020. O cenário de incerteza global e a fuga de capital de mercados emergentes em busca de ativos mais seguros pressionaram a moeda brasileira. Como resultado, o

dólar atingiu patamares históricos, impactando negativamente o custo das importações e a inflação.

Outro problema observado durante esse período foi a oscilação da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No início de 2020, a inflação estava relativamente sob controle, mas a crise gerada pela pandemia trouxe instabilidades nos preços, com oscilações tanto por questões de demanda quanto por problemas de oferta, especialmente no setor de alimentos.

Os primeiros meses da pandemia foram marcados por uma grande incerteza e instabilidade econômica, com esforços concentrados em mitigar os danos causados pela crise sanitária e tentar sustentar a economia em meio a um cenário global sem precedentes.

Tabela 04 - Variação cambial US\$/R\$ de Jul/20 - Dez/20

DATA	COD. MOEDA	MOEDA	COTAÇÃO EM REAL	
			COMPRA	VENDA
01/07/2020	220	USD	5,3646	5,3651
15/07/2020	220	USD	5,3485	5,3491
16/07/2020	220	USD	5,3554	5,356
31/07/2020	220	USD	5,2027	5,2033
03/08/2020	220	USD	5,3069	5,3075
14/08/2020	220	USD	5,3846	5,3852
17/08/2020	220	USD	5,4491	5,4497
31/08/2020	220	USD	5,4707	5,4713
01/09/2020	220	USD	5,3726	5,3732
15/09/2020	220	USD	5,2722	5,2728
16/09/2020	220	USD	5,2526	5,2532
30/09/2020	220	USD	5,6401	5,6407
01/10/2020	220	USD	5,6435	5,6441
15/10/2020	220	USD	5,6166	5,6172
16/10/2020	220	USD	5,622	5,6226
30/10/2020	220	USD	5,7712	5,7718
03/11/2020	220	USD	5,6889	5,6895
13/11/2020	220	USD	5,4848	5,4854
16/11/2020	220	USD	5,4192	5,4198
30/11/2020	220	USD	5,3311	5,3317
01/12/2020	220	USD	5,2783	5,2789
15/12/2020	220	USD	5,0962	5,0968
16/12/2020	220	USD	5,1051	5,1057
31/12/2020	220	USD	5,1961	5,1967

Fonte: bcb. gov.br, 2020 (editado pelo autor)

Examinando a Tabela 4, é possível observar que o preço de aquisição do dólar nos meses iniciais da pandemia sofreu um acréscimo de R\$ 0,1685, considerando os valores registrados no primeiro e no último dia do período analisado. Nesse intervalo, os valores médios para compra e venda foram de R\$ 5,40304 e R\$ 5,40364, respectivamente.

Durante o segundo semestre de 2020 a economia do Brasil começou a mostrar sinais de recuperação gradual após os graves impactos iniciais da pandemia de COVID-19, embora ainda enfrentasse desafios significativos. O segundo semestre de 2020 foi marcado por um cenário de incertezas, com a continuidade de políticas econômicas emergenciais e variações nos principais indicadores econômicos.

O real permaneceu desvalorizado em relação ao dólar, embora com menor intensidade do que no início da pandemia. A taxa de câmbio apresentou bastante volatilidade, refletindo tanto as oscilações dos mercados internacionais quanto as incertezas políticas e fiscais internas. O dólar manteve-se em patamares elevados, o que impactou setores como o agronegócio — que se beneficiou com a valorização das exportações — mas também aumentou o custo de bens e serviços importados. Analisando a Tabela 4, média dos valores de compra e venda do real foi de R\$ 5,40304 e R\$ 5,40364, respectivamente, com o menor valor de compra registrado em 15 de dezembro, a R\$ 5,0962 e o maior em 3 de novembro, a R\$ 5,6889.

O PIB começou a apresentar recuperação nos terceiro e quarto trimestres de 2020, impulsionado pela retomada de algumas atividades econômicas, pela flexibilização das medidas de isolamento social e pelos efeitos positivos das políticas de estímulo econômico adotadas pelo governo. Setores como a indústria e o comércio, que haviam sido fortemente impactados, começaram a mostrar sinais de retomada.

O IPCA, acelerou no segundo semestre, principalmente devido ao aumento dos preços de alimentos e de insumos como combustíveis. A desvalorização do real frente ao dólar também elevou o custo de produtos importados, contribuindo para a pressão inflacionária. O acumulado da inflação no ano ficou acima das expectativas iniciais, gerando preocupações com o poder de compra da população.

Em suma, de julho a dezembro de 2020, a economia brasileira começou a se recuperar de forma lenta e gradual, mas ainda enfrentava diversas incertezas e

vulnerabilidades. A recuperação foi desigual entre os setores, e a dependência de estímulos econômicos era evidente, levantando dúvidas sobre a sustentabilidade desse processo no futuro.

Tabela 05 - Variação cambial US\$/R\$ de Jan/21 - Jun/21

PRIMEIRO SEMESTRE 2021				
DATA	COD. MOEDA	MOEDA	COTAÇÃO EM REAL	
			COMPRA	VENDA
04/01/2021	220	USD	5,162	5,1626
15/01/2021	220	USD	5,2708	5,2714
18/01/2021	220	USD	5,2782	5,2788
29/01/2021	220	USD	5,4753	5,4759
01/02/2021	220	USD	5,4602	5,4608
17/02/2021	220	USD	5,4132	5,4138
18/02/2021	220	USD	5,4232	5,4238
26/02/2021	220	USD	5,5296	5,5302
01/03/2021	220	USD	5,5826	5,5832
15/03/2021	220	USD	5,629	5,6296
16/03/2021	220	USD	5,5845	5,5851
31/03/2021	220	USD	5,6967	5,6973
01/04/2021	220	USD	5,6843	5,6849
15/04/2021	220	USD	5,6228	5,6234
16/04/2021	220	USD	5,6322	5,6328
30/04/2021	220	USD	5,403	5,4036
03/05/2021	220	USD	5,4081	5,4087
14/05/2021	220	USD	5,2695	5,2701
17/05/2021	220	USD	5,2749	5,2755
31/05/2021	220	USD	5,2316	5,2322
01/06/2021	220	USD	5,163	5,1636
15/06/2021	220	USD	5,0868	5,0874
16/06/2021	220	USD	5,0201	5,0207
30/06/2021	220	USD	5,0016	5,0022

Fonte: bcb. gov.br, 2020 (editado pelo autor)

Ao analisar a Tabela 5, nota-se que o custo de obtenção do dólar nos primeiros meses da pandemia apresentou um aumento de R\$ 0,1604, com base nos valores registrados no início e no fim do período avaliado. Durante esse intervalo, as médias dos valores para compra e venda foram de R\$ 5,38763 e R\$ 5,38823, respectivamente.

No período de janeiro a junho de 2021, a economia do Brasil continuou enfrentando um cenário desafiador, marcado por avanços e retrocessos. Apesar de

alguns sinais de recuperação em determinados setores, a situação ainda era frágil, influenciada por incertezas relacionadas à pandemia de COVID-19, pela lentidão no processo de vacinação no início do ano e por fatores econômicos internos e externos.

Observando a Tabela 5, percebe-se que o real permaneceu volátil e desvalorizado em relação ao dólar, embora tenha mostrado alguma recuperação ao longo do semestre. A média dos valores de compra e venda do real foi de R\$ 5,38763 e R\$ 5,38823, respectivamente. O menor valor de compra foi registrado em 30 de junho, a R\$ 5,0016, enquanto o maior valor ocorreu em 31 de março, a R\$ 5,6967. A taxa de câmbio afetou o custo das importações e a competitividade das exportações, beneficiando setores como o agronegócio.

No primeiro semestre de 2021, o PIB do Brasil registrou crescimento moderado. A retomada econômica foi impulsionada por setores como a indústria, a agropecuária e o comércio, que começaram a se recuperar das restrições impostas anteriormente. No entanto, essa recuperação foi desigual, com o setor de serviços ainda enfrentando dificuldades devido às restrições sanitárias e à lenta recuperação da demanda. Apesar do crescimento, os níveis econômicos permaneciam abaixo dos observados antes da pandemia.

A inflação no Brasil acelerou significativamente no primeiro semestre de 2021, impulsionada pelo aumento nos preços de alimentos, combustíveis, energia elétrica e insumos industriais. Para conter essa pressão inflacionária, o Banco Central do Brasil elevou a taxa Selic, que saiu de 2% ao ano no início de 2021 e começou a subir gradualmente. A alta da Selic visava controlar a inflação, mas gerava preocupações sobre o impacto nos custos de financiamento e no ritmo do crescimento econômico.

Assim, a economia brasileira começava a dar indícios de recuperação, embora ainda enfrentasse um ambiente desafiador, caracterizado por uma inflação elevada, incertezas políticas e vulnerabilidades fiscais. Apesar do crescimento econômico estar em andamento, sua continuidade e estabilidade permaneciam incertas, principalmente devido às pressões inflacionárias que afetavam tanto o poder de compra da população quanto os custos das empresas. Além disso, os riscos associados à pandemia, como a possibilidade de novas variantes e a lentidão na vacinação em alguns setores da sociedade, contribuíam para manter o cenário econômico sob tensão, dificultando uma recuperação mais consistente e ampla.

Tabela 06 - Variação cambial US\$/R\$ de Jul/21 - Dez/21

DATA	COD. MOEDA	MOEDA	COTAÇÃO EM REAL	
			COMPRA	VENDA
01/07/2021	220	USD	5,0046	5,0055
15/07/2021	220	USD	5,0994	5,1
16/07/2021	220	USD	5,0935	5,0941
30/07/2021	220	USD	5,121	5,1216
02/08/2021	220	USD	5,1373	5,1379
13/08/2021	220	USD	5,2468	5,2474
16/08/2021	220	USD	5,2489	5,2495
31/08/2021	220	USD	5,1427	5,1433
01/09/2021	220	USD	5,157	5,1576
15/09/2021	220	USD	5,257	5,2576
16/09/2021	220	USD	5,2588	5,2594
30/09/2021	220	USD	5,4388	5,4394
01/10/2021	220	USD	5,3905	5,3911
15/10/2021	220	USD	5,4504	5,451
18/10/2021	220	USD	5,5187	5,5193
29/10/2021	220	USD	5,6424	5,643
01/11/2021	220	USD	5,6688	5,6694
12/11/2021	220	USD	5,4193	5,4199
16/11/2021	220	USD	5,4766	5,4772
30/11/2021	220	USD	5,6193	5,6199
01/12/2021	220	USD	5,6162	5,6168
15/12/2021	220	USD	5,7121	5,7127
16/12/2021	220	USD	5,6957	5,6963
31/12/2021	220	USD	5,5799	5,5805

Fonte: bcb. gov.br, 2020 (editado pelo autor)

Ao examinar a Tabela 6, percebe-se que o valor de aquisição do dólar nos meses iniciais da pandemia registrou um incremento de R\$ 0,5753, considerando os números apurados no começo e no término do período analisado. Nesse intervalo, as médias dos preços para compra e venda foram de R\$ 5,37483 e R\$ 5,37543, respectivamente.

Durante o último período analisado, a economia brasileira apresentou uma recuperação modesta, mas ainda enfrentava muitos desafios, influenciada por fatores como alta inflação, incertezas políticas e fiscais, e os efeitos prolongados da pandemia. A segunda metade do ano trouxe avanços econômicos em alguns setores, mas também expôs vulnerabilidades persistentes.

O real permaneceu volátil em relação ao dólar, embora a taxa de câmbio tenha mostrado alguma estabilidade em comparação com os picos registrados no auge da pandemia. A desvalorização da moeda, ainda presente, foi influenciada por questões políticas internas, como as discussões sobre o teto de gastos e as incertezas fiscais. Analisando a Tabela 6, observa-se que a média dos valores de compra foi de R\$ 5,37483 e o de venda foi de R\$ 5,37543. O menor valor de compra foi registrado em 1º de julho, a R\$ 5,0049, enquanto o maior valor ocorreu em 15 de dezembro, a R\$ 5,7121.

O PIB mostrou uma desaceleração no ritmo de crescimento em comparação ao primeiro semestre. A economia brasileira foi impactada por fatores internos, como a crise hídrica, que afetou a geração de energia e aumentou os custos, e a alta inflação, que reduziu o poder de compra das famílias. Embora setores como o agronegócio e a indústria de exportação continuassem a apresentar resultados positivos, a recuperação geral foi mais lenta. O setor de serviços, no entanto, começou a se recuperar de forma mais consistente à medida que as restrições relacionadas à pandemia foram flexibilizadas.

A inflação permaneceu como um dos principais problemas econômicos no Brasil durante o segundo semestre de 2021. O IPCA seguiu em trajetória de alta, impulsionado pelo aumento nos preços de alimentos, energia elétrica e combustíveis. A crise hídrica agravou a situação ao elevar as tarifas de energia, o que pressionava significativamente o custo de vida. Em resposta, o Banco Central continuou a aumentar a taxa Selic, que fechou o ano em 9,25% ao ano, numa tentativa de controlar a inflação e estabilizar a economia.

Em resumo, no segundo semestre de 2021, a economia brasileira experimentou uma recuperação parcial, mas ainda enfrentava altos níveis de inflação, incertezas fiscais e políticas, e um mercado de trabalho fragilizado. A resposta monetária do Banco Central buscava conter a inflação, mas essa política gerava efeitos adversos, como o encarecimento do crédito, dificultando uma retomada econômica mais ampla e sustentável.

4 CONCLUSÃO

A análise da variação cambial do dólar em relação ao real no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021 revela que os impactos desse fenômeno foram amplos, diversificados e exercearam influências significativas sobre diversos setores da economia brasileira. Durante esse intervalo, marcado profundamente pela pandemia de COVID-19 e seus desdobramentos econômicos, o dólar apresentou uma significativa volatilidade frente ao real, refletindo um cenário global de incertezas, combinado com alterações nas políticas econômicas internas e flutuações no ambiente político nacional. Esses fatores contribuíram para um ambiente de instabilidade que desafiou empresas, governos e indivíduos.

O CPC 02, que estabelece critérios de contabilização dos efeitos cambiais, desempenha um papel fundamental nesse contexto ao fornecer diretrizes claras e consistentes para lidar com a exposição a moedas estrangeiras. Ele é particularmente relevante para empresas e instituições com operações vinculadas ao comércio exterior ou com dívidas denominadas em dólar, trazendo maior transparência aos registros contábeis. Durante o período analisado, o CPC 02 destacou a necessidade de uma atenção redobrada aos riscos cambiais, especialmente para as empresas que possuíam passivos em moeda estrangeira. A desvalorização do real frente ao dólar elevou significativamente os custos financeiros dessas empresas, uma vez que seus passivos denominados em moeda estrangeira aumentaram proporcionalmente à variação cambial, gerando pressões adicionais sobre a sustentabilidade financeira em um momento já desafiador.

Além disso, a volatilidade cambial impactou de maneira diferenciada o orçamento governamental, cujos efeitos se manifestaram de forma tanto positiva quanto negativa, dependendo das características específicas da estrutura econômica e fiscal do Brasil. Para o governo brasileiro, o aumento do dólar, por um lado, favoreceu os setores exportadores, especialmente aqueles ligados às commodities, como o agronegócio e a mineração, gerando um incremento na arrecadação tributária sobre exportações. Por outro lado, essa mesma valorização encareceu as importações de bens essenciais, como combustíveis, equipamentos médicos e insumos estratégicos, pressionando os gastos públicos em um período crítico de crise sanitária e econômica. Essa dualidade de impactos exigiu respostas

rápidas e eficazes do governo para mitigar os efeitos negativos sobre a população e garantir o equilíbrio fiscal.

Portanto, conclui-se que a variação cambial do dólar em relação ao real, observada no período de 2020 a 2021, trouxe à tona a necessidade de uma gestão macroeconômica mais robusta, capaz de lidar com os riscos associados a esse tipo de volatilidade. O CPC 02 mostrou-se uma ferramenta essencial para mensurar os efeitos econômicos dessa variação, contribuindo para uma maior previsibilidade e consistência na avaliação dos impactos financeiros. Paralelamente, os efeitos no orçamento governamental reforçam a importância de adotar uma estrutura de dívida equilibrada e implementar políticas públicas alinhadas às dinâmicas cambiais e fiscais do país. Esses desafios evidenciam a relevância de estratégias econômicas bem planejadas e coordenadas para enfrentar as complexidades de um cenário internacional em constante transformação.

REFERÊNCIAS

<https://vexpenses.com.br/blog/variacao-cambial/#:~:text=A%20varia%C3%A7%C3%A3o%20cambial%20trata%2Dse,gastos%20com%20viagens%20a%20trabalho>. Acesso em : 08/01/2024 09:05.

BLEDOW, Thiago Oliveira. O mercado cambial brasileiro durante a crise financeira global e a pandemia da Covid-19. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

https://www.bcb.gov.br/noticiablogbc/15/noticia?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 08/01/2024 07:45.

https://www.ion.itau/news/impactos-do-fed-sobre-a-economia-brasileira?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 08/01/2024 07:57.

https://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2020/03/22/real-dolar-coronavirus-queda.htm?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 08/01/2024 08:02.

USP (Universidade de São Paulo). A volatilidade cambial de longo prazo e o comércio internacional agrícola: um estudo sobre a competitividade dos produtos brasileiros. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-30112017-163441/publico/CorrigidoTiago.pdf>>. Acesso em: 08/01/2024 08:05.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A taxa de câmbio e o desempenho da indústria brasileira no comércio internacional. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3128/1/TD_1967.pdf>. Acesso em: 08/01/2024 08:15.

UFBA (Universidade Federal da Bahia). A balança comercial brasileira frente às flutuações cambiais. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9881/1/Amilcar%20Almeidaseg.pdf>>. Acesso em: 08/01/2024 08:27.

Revista Científica Saber. Impactos da desvalorização cambial sobre a inflação e o poder de compra da população brasileira. Disponível em:

<<https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/196>>. Acesso em: 08/01/2024 08:30.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Impactos da volatilidade cambial sobre a dívida pública brasileira. Disponível em:

<https://ipea.gov.br/desafios/index.php?id=1519%3Acatid%3D28&option=com_content>. Acesso em: 08/01/2024 08:37.

MAESTRI. Leandro. **O impacto da pandemia no PIB e economia brasileira. 2021.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Repositório Universitario da Anima.

<https://capital.com/pt/moeda-conversao-de-moeda--definicao>. Acesso em: 08/01/2024 09:30.

SENHORAS. M.E. **Impactos econômicos da pandemia da COVID-19.** Boa Vista.

<https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=9>. Acesso em: 12/01/2024 08:02.

<https://www.grupocpcon.com/cpc-02-efeitos-demonstracoes-contabeis/#:~:text=O%20CPC%2002%20tem%20por,no%20Brasil%20para%20fins%20de>. Acesso em: 12/01/2024 09:05.

<https://www.eurodicas.com.br/taxa-de-cambio/>. Acesso em: 10/01/2024 09:45

COLARES. Ana Carolina et al. **EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA VARIAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM COMPANHIAS LISTADAS NA B3.** 2022. Centro Universitário Mário Palmério.

<https://cmcapital.com.br/blog/balanca-comercial-cambio/>. Acesso em: 10/01/2024 10:27.

<https://www.sage.com/pt-pt/blog/dicion%C3%A1rio-termos-empresariais/moeda/>. Acesso em: 12/01/2024 10:12.

Comite de Pronunciamento Técnico CPC 02. Acesso em 18/05/2024 09:27.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2021.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à Economia**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

Revisão CPC nº. 1 de Pronunciamentos Técnicos e Orientação Técnica. Acesso em 19/05/2024 10:56.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2021.

[Debt Sustainability Analysis -- Low-Income Countries \(imf.org\)](https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/06/24/world-economic-outlook-june-2020). Acesso em 27/05/2024 15:36.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **World Economic Outlook: A Long and Difficult Ascent**. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2020.

Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/06/24/world-economic-outlook-june-2020>>. Acesso em: 22/07/2024 09:00.

SOBEL, Robert. **The Global Financial Crisis and its Impact on Exchange Rates**. New York: Springer, 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inflação.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2020. Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relatorios>>. Acesso em: 22/07/2024 09:20.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Impactos econômicos da pandemia no comércio brasileiro.** Rio de Janeiro, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas nacionais trimestrais: resultados de 2020.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22/07/2024 09:40.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desigualdade social no Brasil em tempos de pandemia.** Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 22/07/2024 09:35.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Mapa da nova pobreza no Brasil: impacto da pandemia na desigualdade social.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.fgv.br>>. Acesso em: 22/07/2024 09:40.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-efecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes>. Acesso em 22/07/2024 09:45.

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>. Acesso em 27/10/2024 10:25.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/12/como-a-pandemia-baguncou-a-economia-brasileira-em-2020.ghtml>. Acesso em 10/11/2024 09:30.

https://www.idealsoftwares.com.br/indices/ipca_ibge.html. Acesso em 10/11/2024 09:45.

<https://portal.fgv.br/artigos/decada-cada-vez-mais-perdida-economia-brasileira-e-comparacoes-internacionais>. Acesso em 11/11/2024 08:27.

<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/01/>. Acesso em 11/11/2024 09:19.

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicdadosdiarios>. Acesso em 11/11/2024 09:40.